

30 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Teto esburacado

Dentre as muitas medidas para o controle dos gastos com pessoal, poucas são mais simbólicas que o veto constitucional a remunerações de ocupantes de cargos públicos acima do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Que esse teto —hoje de R\$ 33,7 mil— tenha se transformado em letra morta no Judiciário e no Ministério Público é demonstração de que a agenda corporativista tem suplantado o interesse coletivo.

Pesquisa recente apontou que apenas 3% dos promotores paulistas recebem menos que esse valor, em razão de variados penduricalhos e auxílios não considerados para o cálculo dos limites. O mesmo se dá em outros Estados.

No Executivo federal, 41% das autoridades de escalões superiores da Fazenda e do Planejamento ganham acima do teto graças a auxílios e jetons pela participação em conselhos de empresas estatais.

Na maior parte dos casos, o texto constitucional tornou-se inócuo por conta de interpretações elásticas, não raro oportunistas, das regras. Exemplo notório é o do auxílio-moradia, concebido originalmente para juízes e promotores em serviço fora de seus domicílios.

Ocorre que em 2014 o ministro do STF Luiz Fux estendeu por liminar a indenização de R\$ 4.377 mensais a todos os magistrados na ati-

va. Não tardou para que associações de promotores pleiteassem o mesmo tratamento, com sucesso.

Os custos, estimados em cerca de R\$ 1 bilhão ao ano, tendem a crescer. A campanha para a sucessão de Rodrigo Janot na Procuradoria-Geral da República mostrou que tais práticas gozam de aceitação quase irrestrita entre aqueles que deveriam zelar pela moralidade.

A ampla concessão do auxílio-moradia, argumentou-se nos debates, descaracteriza seu caráter indenizatório e impõe a incorporação definitiva aos salários.

Felizmente, notam-se também reações a tais abusos. O Senado aprovou, no final do ano passado, três projetos que visam garantir maior efetividade ao limite imposto pela Constituição.

A matéria seguiu para a Câmara, mas só foi retomada neste mês, quando se criou uma comissão para discutir os supersalários.

No meio político, esse é quase sempre um subterfúgio para nada se fazer. Não se ignora, ademais, o reduzido interesse dos congressistas, muitos deles suspeitos de atos ilícitos, em se indispor com juízes e promotores.

A economia com a aplicação do teto não seria, é fato, decisiva. A medida, porém, representaria demonstração básica de respeito pelo dinheiro do contribuinte.

30 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Moro nega pleito de Lula para ouvir advogado

Defesa de ex-presidente queria incluir Rodrigo Tacla Duran, réu na Lava Jato, como sua testemunha em ação

**Duran diz que amigo do juiz tentou interferir em delação; magistrado diz não haver 'base legal' para o pedido**

MÔNICA BERGAMO  
COLUNISTA DA FOLHA  
ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

O juiz Sergio Moro negou, nesta terça (29), um pedido da defesa do ex-presidente Lula para ouvir, como sua testemunha, o advogado Rodrigo Tacla Duran.

Duran, que trabalhou para a Odebrecht e é réu na Operação Lava Jato, acusou um amigo de Moro de interferir em negociações de delação premiada para melhorar o acordo com a força-tarefa.

Apontado como suposto operador de lavagem de dinheiro, Duran não colocou o magistrado sob suspeita.

O amigo do juiz, o advogado Carlos Zucolotto Junior, nega as acusações. Moro afirmou ser "lamentável que a palavra de um acusado foragido da Justiça brasileira seja utilizada para levantar suspeitas infundadas sobre a atuação da Justiça". Duran, que tem dupla cidadania, está na Espanha, país que negou seu pedido de extradição.

A defesa de Lula pedia que Duran fosse ouvido como sua derradeira testemunha de defesa na ação que o acusa de receber propina da Odebrecht por um terreno que seria destinado ao Instituto Lula. A última audiência está programada para esta quarta (30).

O defensor de Lula, Cristiano Zanin Martins, disse que os fatos trazidos à tona por Duran "tocam a idoneidade e a legalidade de processos de colaboração premiada".

Ele fez referência, no pedido, a recentes reportagens da **Folha** com Duran, em que ele acusa a Odebrecht de ter falsificado documentos em sua delação e levanta a suspeita contra o amigo de Moro.

Moro, porém, afirmou que não havia "base legal" para o pedido, e lembrou que o processo aguarda a oitiva da testemunha Maria Lúcia de Oliveira Falcon, nesta quarta (30), há quase um mês.

O juiz ainda comenta, na decisão, que Duran é acusado de lavagem de cerca de US\$ 18 milhões e que fugiu para a Espanha quando da decretação de sua prisão preventiva, em novembro de 2016.

"A palavra de pessoa envolvida, em cognição sumária, em graves crimes e desacompanhada de quaisquer provas de corroboração não é digna de crédito, como tem reiteradamente decidido este Juízo e as demais Cortes de Justiça, ainda que possa receber momentâneo crédito por matérias jornalísticas descuidadas", escreveu Moro.

Para o magistrado, a convocação de Duran servia a motivos "meramente protelatórios e duvidosos", ainda que ele não se oponha a que sejam apuradas "as mentirosas e fantasiosas afirmações extra-autos do foragido".

A audiência desta quarta (30), assim, deve ouvir Falcon, ex-secretária no Ministério do Planejamento e presidente do Incra durante os governos petistas. Ela estava viajando, e sua oitiva foi remarçada a pedido da defesa de Lula. "Houve insistência da defesa para ouvir Maria Lúcia de Oliveira Falcon, o que, aliás, levou maior demora na instrução", disse o juiz.

Tacla Duran tentou fechar delação com a Procuradoria, sem sucesso. Em novembro de 2016, teve a prisão decretada por Moro, acusado de ser um intermediário de propinas da Odebrecht, e chegou a ser detido na Espanha, mas foi solto quase três meses depois. O Brasil pediu a extradição do advogado, mas o país europeu negou.

Desde então, Duran tem dado entrevistas criticando a Odebrecht e a Lava Jato.

A acusação contra Zucolotto, amigo de Moro, está em um livro que Duran está escrevendo e que pretende lançar até outubro. A reportagem teve acesso à íntegra do texto, que foi publicado e depois retirado da internet.

As conversas com o advogado, de quem a mulher de Moro já foi sócia, envolveriam abrandamento de pena e diminuição da multa que Duran pagaria em um acordo de delação premiada.

**CONTINUA**

30 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Zucolotto nega ter feito qualquer negociação paralela com a força-tarefa da Lava Jato para aliviar a situação de Duran e disse que nunca se encontrou nem conversou com ele. "Não tem o mínimo de verdade nisso", diz Zucolotto. "Eu não conheço ninguém [da força-tarefa]. Nunca me envolvi com a Lava Jato. Sou da área trabalhista. Não tenho contato com procurador nenhum."

A força-tarefa do Ministério Público também negou qualquer contato com o advogado e reforçou que Duran é acusado de cometer 104 crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa, com desvios de bilhões de reais.

**“ Tais fatos (...)  
tocam a idoneidade  
e a legalidade  
de processos de  
colaboração**

DEFESA DE LULA

**A palavra de pessoa  
envolvida em graves  
crimes e  
desacompanhada de  
quaisquer provas de  
corroboração não é  
digna de crédito**

SERGIO MORO

30 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Gilmar recebeu flores de empresário, diz Procuradoria

Presente dado por Jacob Barata, libertado por ministro, reforça pedido de suspeição feito pelo Ministério Público

O Ministério Público Federal no Rio enviou nesta terça-feira (29) ofício ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apontando o que considera novo indício do “íntimo relacionamento” entre o empresário Jacob Barata Filho e o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Os procuradores da Lava Jato no Rio identificaram no e-mail do empresário a confirmação de uma entrega de flores tendo como destinatários “Guiomar e Gilmar”.

O endereço indicado é o mesmo que aparece na agenda telefônica de Barata Filho como sendo da advogada Guiomar Mendes, mulher do ministro.

As flores foram enviadas no dia 23 de novembro de 2015 e custaram R\$ 200,10.

A pedido da força-tarefa fluminense, Janot solicitou à presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, o impedimento, a suspeição e a incompatibilidade de Gilmar nas decisões que resultaram na libertação de Barata Filho, um dos maiores empresários do setor de transporte do Rio.

Segundo a Procuradoria-Geral da República, Gilmar foi padrinho de casamento da filha do empresário, Beatriz Barata, em 2013. Gilmar nega e afirma que apenas acompanhou sua mulher, Guiomar Mendes, que era madrinha —o noivo, Francisco Feitosa Filho, é sobrinho dela.

A PGR também aponta vínculos na relação de sociedade entre Barata Filho e o cunhado do ministro. Além disso, Guiomar trabalha no es-

critório de advocacia Sergio Bermudes, que atuou para desbloquear bens de empresas citadas nas investigações da Operação Ponto Final.

Gilmar concedeu habeas corpus ao empresário, acusado de integrar uma organização criminosa que pagou propina de cerca de R\$ 500 milhões a agentes públicos desde 2010.

Guiomar disse à **Folha** que nunca teve “o menor contato com ele [Barata]”. “Cadê as ligações telefônicas? Cadê? Quantas vezes ele me ligou? E eu para ele? Nenhuma. Não tenho e nunca tive o menor contato com ele”, afirmou.

O ministro também já refutou se declarar como impedido nos casos envolvendo o empresário. “Vocês acham que ser padrinho de casamento impede alguém de julgar um caso? Vocês acham que isso é relação íntima, como a lei diz? Não precisa responder”, disse.

### PEDIDO

A presidente do STF pediu nesta segunda (28) que Gilmar se manifeste sobre o pedido de impedimento.

A **Folha** apurou que a ministra está estudando o caso e não descarta dar prosseguimento ao pedido. Nos bastidores, Cármen Lúcia tem ouvido colegas do tribunal reclamarem da atitude de Gilmar de entrar em embates públicos com Janot.

O ministro está em viagem e só deve retornar ao Brasil em 7 de setembro. Só então ele vai responder ao pedido de informações.

Caso Gilmar não se considere impedido, ele continuará como relator dos casos até que a questão seja eventualmente julgada no Supremo. Ele já disse publicamente que não se considera suspeito.

Não há prazo para que o ministro manifeste sua posição. Em outro pedido de impedimento feito pela PGR, relativo a casos envolvendo o empresário Eike Batista, Gilmar se manifestou contra a sua suspeição. O pedido aguarda decisão de Cármen.

Se considerar algum desses pedidos improcedentes, Cármen Lúcia pode mandar arquivar o procedimento.

A **Folha** apurou que a ministra está estudando o caso e não descarta dar prosseguimento ao pedido.

Ela também tem conversado com o próprio Gilmar ao longo dos últimos meses sobre as polêmicas em que o ministro se envolve.

Questionado sobre o caso, o ministro Marco Aurélio Mello alfinetou o colega. “Não falo sobre isso. Em relação a esse rapaz, não falo”, disse.

Alexandre de Moraes afirmou que a determinação de Cármen Lúcia para que Gilmar se manifeste é “normal”.

(ITALO NOGUEIRA E LETÍCIA CASADO)

**30 AGO 2017**

## **FOLHA DE S. PAULO**

### **DECISÃO DE GILMAR JUÍZES DO AC DEVOLVERÃO RECURSOS**

O ministro Gilmar Mendes, do STF, determinou nesta segunda (28) que juízes e desembargadores do Acre que receberam “gratificação de nível superior” nos últimos cinco anos devolvam os valores aos cofres públicos. Ele também suspendeu em definitivo o pagamento do recurso. Para o ministro, as gratificações “não são apenas ilegais como também descaradamente inconstitucionais”. A ação está no gabinete de Gilmar desde 2010, quando ele assumiu a relatoria.

# FOLHA DE S. PAULO

Ministra afirma  
que juízes são  
incompreendidos

30 AGO 2017

A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, defendeu nesta terça (29) o trabalho dos juízes brasileiros e afirmou que muitas vezes eles não são compreendidos.

“Todas as vezes que julgamos, uma parte fica insatisfeita com o juiz e isso se transfere cada vez mais, sem compreensão exata da técnica, para a própria pessoa, o que faz com que nossa função não seja fácil. É apenas necessária”, afirmou em discurso durante sessão do Conselho Nacional de Justiça, também presidido por ela.

Uma pesquisa da FGV (Fundação Getúlio Vargas) mostrou que caiu o índice de confiança da população com o Judiciário —passou de 29% em 2016 para 24% em 2017. A confiança no sistema de Justiça brasileiro tem se mantido em torno de 30% ao longo da última década, de acordo com a FGV.

Em seu discurso, Cármen Lúcia agradeceu aos magistrados do país “por tudo que trabalham, desempenham e sofrem”.

Ela se disse “honrada” por saber que o cidadão brasileiro pode contar com juízes de boa qualidade.

“Sem Poder Judiciário forte, livre, e imparcial no sentido de não ter partes, não adotar atitudes parciais, não teremos democracia, que é o que Brasil tem na Constituição e espera de forma especial dos juízes para garantia de direitos e liberdade do cidadão.”

Para ela, apesar de falhas, os juízes tentam acertar. “Por isso existem as corregedorias nos tribunais e este Conselho.” (LE-

TÍCIA CASADO)

30 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Conselho anula punição a juíza de SP que libertou presos preventivos

DE SÃO PAULO - Por 10 votos a 1, o Conselho Nacional de Justiça anulou nesta terça (29) a punição à juíza Kenarik Boujikian Felipe, aplicada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo em fevereiro.

Ela havia recebido a pena de censura por libertar réus que estavam presos preventivamente por mais tempo do que a pena fixada sem consultar o colegiado do tribunal, enquanto atuava como juíza substituta em segundo grau na 7ª câmara Criminal do Tribunal.

No último dia 17 de maio, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deu parecer pela anulação da censura imposta a Kenarik. A revisão disciplinar havia sido proposta ao Conselho pelos advogados Igor Tamasauskas, Pierpaolo Cruz Bottini e Débora Rodrigues.

Dois concursos para desembargador foram suspensos até a resolução do caso, uma vez que a juíza não poderia concorrer à promoção por um ano por causa da punição.

Nesta terça, o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, disse no julgamento: "O Tribunal de Justiça de São Paulo agiu mal, porque arruma uma desculpa estapafúrdia para censurar ao fundo e ao cabo a decisão meritória da juíza".

30 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Com PMDB na mira, delação de Funaro chega ao Supremo

Procuradoria finaliza nova denúncia e espera  
homologação do acordo até hoje

**Temer, que aguarda  
acusação, criticou em  
vídeo os que querem  
'semear a desordem  
nas instituições'**

TALITA FERNANDES  
MARINA DIAS  
DE BRASÍLIA

O relator da Lava Jato, Luiz Edson Fachin, recebeu nesta terça (29) a delação do corretor de valores Lúcio Bolonha Funaro. Com o material em mãos, o ministro do Supremo Tribunal Federal deve homologar nos próximos dias o acordo de colaboração que promete revelar o caminho do dinheiro entregue a políticos do PMDB.

A PGR (Procuradoria-Geral da República), responsável por fechar o acordo com Funaro, espera que a delação seja validada pelo ministro até esta quarta (30).

A homologação é necessária para que os procuradores possam incluir trechos dos depoimentos de Funaro em uma nova denúncia contra o presidente Michel Temer.

A acusação deve ser entregue ao STF antes de 17 de setembro, quando se encerra o mandato do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Pessoas próximas às investigações afirmam que o grupo de trabalho da Lava Jato está trabalhando nos últimos ajustes da denúncia.

Antes de dar valor legal ao acordo, assinado na semana passada por Funaro junto à Procuradoria, é necessário que o ministro escute o operador e entenda que a colaboração foi firmada de forma espontânea.

Segundo a reportagem apurou, Funaro, apontado como operador do PMDB ligado ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), comprometeu-se a mostrar aos procuradores o caminho do dinheiro para o partido.

O foco da delação é o grupo político conhecido como "PMDB da Câmara", do qual faz parte Cunha, que está preso no Paraná. Funaro terá de entregar contas usadas para receber propina e extratos de movimentações financeiras.

## TEMER

Com a expectativa de ser atingido por nova denúncia, Temer divulgou nesta terça nas redes sociais um vídeo no qual afirma ter gente que quer "semear a desordem nas instituições" e "parar o Brasil", mas que ele tem a "força necessária para resistir".

"Sabemos que tem gente que quer parar o Brasil, e esse desejo não tem limites. Quer colocar obstáculos ao nosso trabalho, semear a desordem nas instituições, mas

tenho força necessária para resistir. Porque o que estamos fazendo é necessário e serve apenas à sociedade brasileira", disse Temer na peça de pouco mais de três minutos.

"O momento pede sobriedade, responsabilidade e paciência. Nenhuma força me desviará desse rumo."

A fala do presidente acontece um dia depois que Janot afirmou que "algumas iniciativas do Congresso geram perplexidade", em referência a medidas articuladas pelos parlamentares que têm o objetivo de frear a Lava Jato.

No vídeo, Temer não cita nominalmente Janot, mas o Planalto, desde que o procurador apresentou a primeira denúncia contra o presidente, trata o chefe do Ministério Público Federal como inimigo.

Janot já apresentou uma denúncia sob acusação por corrupção passiva contra Temer baseada na delação da JBS. A acusação formal, porém, foi barrada no início do mês pela Câmara.

**CONTINUA**

30 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Diante da expectativa de uma nova acusação, a estratégia do presidente é, mais uma vez, apostar no espírito de corpo dos parlamentares, muitos deles também alvo de investigações. A ideia disseminada por auxiliares do presidente é a de que Janot quer acabar com a classe política e, caso a denúncia contra Temer avance, os próximos serão justamente esses deputados e senadores.

Durante sua fala no vídeo, o presidente diz que chegou ao governo com “um plano claro de reformas” e “com o apoio decisivo do Congresso” quer fazê-lo avançar.

Temer quer virar a página da crise política em que seu governo está mergulhado desde maio, quando a delação da JBS foi divulgada, e tentar focar na sua pauta econômica, com a reforma da Previdência, por exemplo.

Nesta terça Temer embarcou para a China para a reunião da cúpula dos Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Esvaziou, porém, sua comitiva, para que seu time principal fique em Brasília para fazer a articulação no Congresso e a defesa do governo caso haja uma segunda denúncia. Ele só retorna em 6 de setembro.

30 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Jucá afirma que Janot deve ter 'fetiche' por seu bigode

DE BRASÍLIA

Alvo de três denúncias por corrupção em sete dias, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), reagiu a Rodrigo Janot e disse que talvez o procurador-geral da República tenha um "fetiche" por seu bigode.

Em resposta às acusações formais apresentadas por Janot nos últimos dias, o parlamentar ironizou o trecho da denúncia apresentada nesta segunda (28) em que Janot afirma que "a palavra de um homem está no fio do bigode".

"Eu diria que pelo menos é uma fixação. Ele até deu declaração sobre o meu bigode. Não sei se é um fetiche ou alguma coisa. Não entendo esse comportamento dele", disse o senador do PMDB.

Jucá atacou Janot, que deixará o cargo em 17 de setembro, e afirmou que o procurador-geral "começou bem, mas está tendo uma despedida melancólica, lamentável, triste".

"Não dá para querer se transformar em justiceiro, passar por cima da Justiça e tentar fazer uma ação deliberada contra a política brasileira. Mas respeito a posição dele, não vou ficar batendo boca."

O senador se defendeu das três denúncias apresentadas pela PGR, disse que não há nada que o comprometa e que confia na Justiça.

Na semana passada, Jucá foi denunciado sob acusação de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Zelotes, que apura esquema de compra de decisão em recursos tributários e emendas em medidas provisórias no Congresso.

Na sexta (25), a PGR denunciou Jucá e outros senadores do PMDB com base na delação de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro. O parlamentar aponta que a Polícia Federal não viu indícios de crime nesse caso.

A terceira denúncia apresentada contra ele foi feita na segunda (28). O peemedebista é acusado de ter recebido R\$ 150 mil para beneficiar a Odebrecht na tramitação de MPs.

"Estranhamente, a investigação ainda não foi concluída. O processo está na Polícia Federal, então açodadamente e intempestivamente o doutor Rodrigo Janot apresenta uma denúncia sem receber os autos da investigação", afirmou Jucá. (BRUNO BOGHOSSIAN E TALITA FERNANDES)

# FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

## Fetiche no bigode

**BRASÍLIA**— Se eles tivessem combinado, não sairia melhor. No mesmo dia, Michel Temer, Renan Calheiros e Romero Jucá atacaram o Ministério Público Federal. O alvo dos peemedebistas foi um só: o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Temer inaugurou a artilharia antes de embarcar para a China. “Sabemos que tem gente que quer parar o Brasil, e esse desejo não tem limites. Quer colocar obstáculos ao nosso trabalho, semear a desordem nas instituições, mas tenho força necessária para resistir”, afirmou, em vídeo divulgado nas redes sociais.

O presidente não citou o nome de Janot, mas o recado foi claro. Desde que foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal, ele repete o discurso de que o procurador tenta “parar o Brasil”. Na visão de Temer, parar o Brasil é sinônimo de parar Temer.

Pouco depois, foi a vez do líder do governo no Senado, Romero Jucá. Alvo de três denúncias por corrupção em sete dias, ele reagiu de forma inusitada. Em vez de se defender das acusações, sugeriu que o chefe da Lava Jato teria “fetiche” em seu bigode.

“Eu diria que pelo menos é uma fixação. Ele até deu declaração sobre o meu bigode. Não sei se é um fetiche ou alguma coisa. Não entendo esse comportamento dele”, afirmou Jucá.

Em fevereiro, o senador já havia se arriscado nessa temática ao comentar a proposta de restrição do foro privilegiado. “Se acabar o foro, é para todo mundo. Suruba é suruba. Aí é todo mundo na suruba, não uma suruba selecionada”, dissertou.

Faltava Renan. Ao ser questionado sobre as últimas denúncias da Procuradoria, o ex-presidente do Senado se arriscou no papel de psiquiatra. “É um típico caso de esquizofrenia”, diagnosticou, referindo-se a Janot.

Os ataques simultâneos reforçam o que o leitor já percebeu: não há nada mais eficiente para unir o PMDB do que as sirenes da Lava Jato. Nesta terça, o som ficou mais alto com a proximidade da segunda denúncia contra Temer e a aparição de Joesley Batista na sede da Procuradoria.

30 AGO 2017

30 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

## À espera de Janot

Incapaz de compreender a dimensão do risco econômico, classe política dedica-se ao fisiologismo para derrubar nova denúncia do procurador

No papel, o governo Michel Temer (PMDB) promoveu uma reforma administrativa com expressivo corte do número de cargos de livre nomeação, moeda corrente de barganhas com o Congresso. Na prática cotidiana, constata-se agora com clareza, pouco mudou.

De absurdos 22,9 mil ao final de 2014, os postos do tipo DAS (Direção e Assessoramento Superior) ocupados no Executivo caíram a ainda excessivos 11,4 mil hoje. Parte das vagas foi extinta; a maioria mudou de nome e foi reservada a servidores de carreira.

Nada capaz de extinguir o mais desavergonhado fisiologismo político, explícito na frenética redistribuição de empregos a apadrinhados nos últimos dias.

Como noticiou esta **Folha**, mais de uma centena de dirigentes da máquina federal estão sendo exonerados, o que nada tem a ver com critérios de lisura ou competência —mas por se tratarem de indicações de deputados que votaram pelo prosseguimento da denúncia apresentada contra Temer pela Procuradoria-Geral da República.

Os casos que vieram à tona envolvem superintendências regionais de órgãos supostamente técnicos, como o Incra (de colonização e reforma agrária), a Funda-

ção Nacional de Saúde (Funasa), a Agência Nacional de Mineração.

Tal comércio de sinecuras, pela leitura de Brasília, prepara o terreno para que se derrube mais uma investigação sobre a conduta do presidente, a partir de peça acusatória a ser formalizada pelo procurador-geral, Rodrigo Janot.

O cálculo mais consensual indica que, salvo fato novo e avassalador (como se os já conhecidos não fossem graves o bastante), prevalecerão as lealdades negociadas à base de cargos e verbas.

O processo, de todo modo, consumirá tempo e energia parlamentar, às expensas de projetos cruciais para o futuro do país, do voto distrital misto ao redesenho das regras da Previdência Social —a cada dia mais ameaçados de abandono.

Os primeiros sinais de alívio econômico e alta do consumo tendem a minar a disposição para reformas controversas. A dívida pública prossegue em elevação insustentável, mas conta-se com uma trégua do mercado credor para que as medidas mais efetivas fiquem para o próximo governo.

Afinal, se Temer precisa cuidar da própria sobrevivência, todos têm de se posicionar para as eleições gerais de 2018.

À espera dos atos derradeiros de Janot, que encerrará seu mandato em questão de dias, e incapaz de compreender a dimensão dos riscos corridos pelo país, a classe política volta-se às práticas mesquinhas e oportunistas só interrompidas em raras emergências.

30 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

# ZIGUE-ZAGUE DE ABDELMASSIH

Entenda por que nos últimos três meses a Justiça mudou várias vezes o local de cumprimento da pena do ex-médico

ANTONIO MAMMI, JÚLIA BARBON E LUCIANO VERONEZI, DE SÃO PAULO

## A SAGA DE ROGER ABDELMASSIH

Do início das denúncias contra o ex-médico até sua prisão



CONTINUA

30 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## OS 4 MOTIVOS PARA O VAIVÉM

1

### Tipo de processo

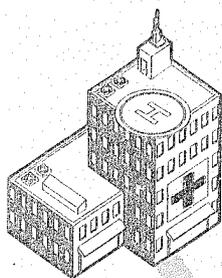
Abdelmassih está agora submetido a um processo de execução penal – usado quando o preso está cumprindo pena. É nele que se determina a progressão de regime, por exemplo. Esse tipo de processo é menos rígido e o juiz pode tomar decisões sem ser provocado pelas partes, por isso o trâmite parece mais rápido

2

### Estado de saúde

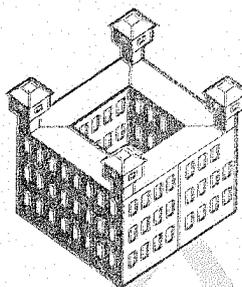
O ex-médico foi internado várias vezes após ser preso: por problemas no coração, pneumonia e uma superbactéria. Isso desencadeou uma discussão sobre se ele deve ser tratado em casa ou no presídio. A juíza que lhe concedeu prisão domiciliar se baseou em laudo pericial que diz que sua doença cardíaca é grave

## IDAS E VINDAS



**Mai. 2017**

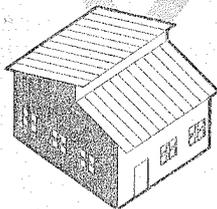
Abdelmassih, que estava no presídio de Tremembé, é levado a **hospital em Taubaté** para tratar uma pneumonia



**30.jun.2017**

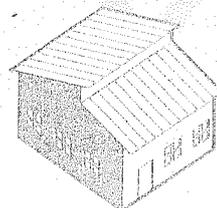
Ministério Público pede o retorno do ex-médico à **prisão**, argumentando que remédios poderiam ser tomados ali dentro; Tribunal de Justiça de SP acata

**21.jun.2017**  
Por causa de sua saúde, 1ª Vara de Execuções Criminais (VEC) de Taubaté concede a ele direito de cumprir **prisão domiciliar**



**4.jul.2017**

Superior Tribunal de Justiça entende que houve erro processual no pedido e reverte decisão do TJ; Abdelmassih **volta para casa**, usando tornozeleira



CONTINUA

# 30 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

# 3

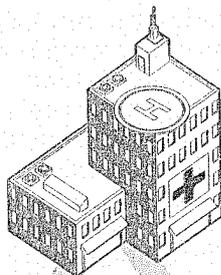
#### Interpretação da lei

A lei brasileira prevê que o preso com doença grave ou maior de 70 anos que cumprir pena em regime aberto pode ter a pena revertida em prisão domiciliar. Em algumas situações, no entanto, a jurisprudência estende esse benefício a presos submetidos ao regime fechado - como no caso de Abdelmassih

# 4

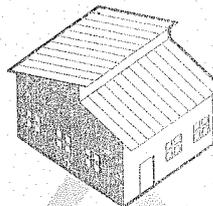
#### Tornozeleira eletrônica

Agora, a discussão principal é sobre a tornozeleira. Ela estava sendo usada pelo ex-médico em casa, mas o governo de SP rompeu o contrato com a fornecedora, e os aparelhos foram recolhidos. Para a Promotoria, a prisão domiciliar é inviável sem o rastreador; para a defesa, ele não pode pagar por uma falha do Estado



**7.ago.2017**

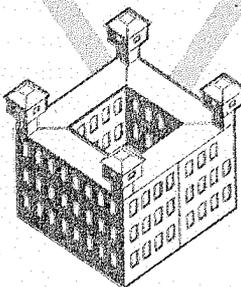
Ex-médico é internado no **hospital Albert Einstein**, em São Paulo, para tratar de super-bactéria; ele continua com tornozeleira



**13.ago.2017**

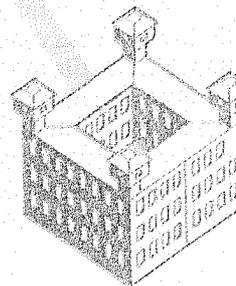
Desembargador plantonista do TJ concede **habeas corpus**; ele continua no hospital até receber alta e ir para casa, sem tornozeleira

**11.ago.2017**  
Após governo de SP rescindir contrato com fornecedora de tornozeleiras, 1ª VEC decide que ele deve **voltar à prisão**; ele continua no hospital



**17.ago.2017**

Desembargador relator no TJ **reverte habeas corpus**, citando seu histórico de fuga; ele é levado a hospital penitenciário até receber alta e voltar para Tremembé



#### Próximos passos

Abdelmassih fica na cadeia até o fornecimento de tornozeleiras ser normalizado em SP - a menos que decisão de regime fechado seja revertida por colegiado do Tribunal de Justiça do Estado

Fontes: Alamiro Velludo, professor de direito penal da USP, e Antônio Carlos Fraga, advogado de Abdelmassih

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## PASSO DE TARTARUGA

Uma ação que pede a devolução de recursos ao Estado de SP e tem entre os réus o deputado Paulo Maluf (PP-SP) será executada 34 anos depois de começar a tramitar na Justiça. O próprio parlamentar, que foi governador de SP de 1979 a 1982, diz não se lembrar dela.

### **CORREIO ELEGANTE**

No governo de Maluf, a Imprensa Oficial do Estado foi acusada de imprimir milhares de folhetos com o estatuto do partido que ele então integrava, o PDS. Foram feitos também cartas, calendários e santinhos. O material foi doado ao próprio PDS.

### **LONGA ESTRADA**

O processo começou em 1983, movido pelo governo de Franco Montoro (1916-1999), e só transitou em julgado em 2014. Foi remetido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) à Justiça paulista. Apenas no dia 11 deste mês, no entanto, a Imprensa Oficial foi intimada para iniciar o cumprimento da sentença.

### **SÓ PARA CONSTAR**

“Eu nem lembro dessa ação”, diz Maluf. “Fui governador há 35 anos.” Ele afirma que, naquela época, era normal adversários políticos moverem ações populares uns contra os outros. “Não custava nada. Gastava papel, tempo do juiz, do Ministério Público, mas era só para criar um fato para sair no jornal. Depois todo mundo esquecia”, afirma.

30 AGO 2017

## PAINEL

**Vai que cola** Os advogados de Lula vão acusar o juiz Sergio Moro de cerceamento de defesa por ele ter negado o pedido para que Rodrigo Tacla Durán fosse ouvido como testemunha do petista.

**Duas medidas** A defesa do petista vai dizer que, com a decisão, Moro se contradiz: a palavra de um criminoso serve para condenar; já a palavra de um acusado não serve para esclarecer fatos relevantes da Lava Jato, afirmam.

**Deixe-o** A Procuradoria-Geral da República pediu ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) o arquivamento de apurações sobre a citação do governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), na delação da Odebrecht.

**Deixe-o Z** Dino foi acusado de ter recebido recursos de caixa dois e propina. Ele sempre apontou inconsistências e erros nos relatos dos delatores da empreiteira.

**E o Oscar vai...** O filme “Polícia Federal — a lei é para todos” agradou a boa parte dos delegados da corporação que integraram a força-tarefa original da Lava Jato em Curitiba. Márcio Anselmo disse que “sintetizaram momentos legais, apesar de condensarem três anos de trabalho em duas horas”.

30 AGO 2017

FOLHA DE LONDRINA

# Cármem Lúcia pede que Gilmar se manifeste sobre pedido de suspeição

Presidente do STF solicita que ministro  
responda questionamento da PGR  
sobre seu impedimento de atuar no caso  
do empresário Jacob Barata Filho

Letícia Casado  
Folhapress

**Brasília** - A ministra Cármem Lúcia, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), pediu na segunda-feira (28) que o colega Gilmar Mendes se manifeste sobre pedido de impedimento em casos envolvendo Jacob Barata Filho, um dos maiores empresários do setor de transporte coletivo no Rio.

Gilmar concedeu habeas corpus e decretou medidas alternativas à prisão a Barata Filho e a outros oito investigados na operação Ponto Final, que apura esquema de corrupção envolvendo o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB). O ministro está em viagem e só deve retornar ao Brasil em 7 de setembro. Só então ele vai responder ao pedido de informações.

Caso Gilmar não se considere impedido, ele continua como relator dos casos até que o impedimento seja eventualmente julgado no Supremo. Ele já disse publicamente que não se considera suspeito.

Não há prazo para que o ministro manifeste sua posição. Em outro pedido de impedimento feito pela PGR (Procuradoria-Geral da República), relativo a casos envolvendo o empresário Eike Batista, Gilmar se manifestou contra a sua suspeição. O pedido aguarda decisão de Cármem Lúcia.

Se considerar algum desses pedidos improcedentes, Cármem Lúcia pode mandar arquivar o procedimento. Caso a suspeição seja aceita, os atos do ministro relativos ao evento serão considerados nulos.

## SUSPEIÇÃO

Em agosto, Gilmar concedeu habeas corpus a Jacob Barata Filho. Pouco depois, o juiz federal Marcelo Bretas determinou nova prisão preventiva contra o empresário. Depois, o ministro deu nova decisão e soltou Barata Filho. Depois, o ministro estendeu os benefícios a outros oito investigados na Ponto Final.

Segundo a Procuradoria, Gilmar foi padrinho de casamento da filha do empresário, Beatriz Barata, em 2013. Gilmar nega e afirma que apenas acompanhou sua mulher, Guimar Mendes, no evento - o noivo, Francisco Feitosa Filho, é sobrinho dela.

O Ministério Público Federal também aponta vínculos na relação de sociedade entre Barata Filho e o cunhado do ministro.

"Conforme apuração do Ministério Público Federal, Jacob Barata Filho integra os quadros da sociedade Autoviação Metropolitana Ltda, ao lado, entre outros sócios, da FF Agropecuária e Empreendimentos S/A, administrada por Francisco Feitosa de Albuquerque Lima, cunhado do ministro Gilmar Mendes", informa a PGR (Procuradoria-Geral da República).

Além disso, Guimar Mendes, trabalha no escritório de advocacia Sergio Bermudes, ligado a alguns dos investigados.

**CONTINUA**

30 AGO 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

“Nas cautelares penais, foram decretadas constringências em prejuízo de pessoas jurídicas diretamente relacionadas a Jacob Barata Filho e Lélis Teixeira, que foram processualmente representadas pelo escritório de Sérgio Bermudes: Fetranspor, Riopar, Alpha Participações e Guanabara Participações e Empreendimentos Imobiliários”, aponta a PGR.

Para Janot, a isenção e a imparcialidade de Gilmar ficam comprometidas por causa dessas relações.

A operação apura pagamento R\$ 260 milhões em propina entre 2010 e 2016 de empresários a políticos e funcionários de departamentos públicos de fiscalização ligados ao setor de transportes.

O ex-governador Sérgio Cabral obteve R\$ 122 milhões no esquema, segundo a investigação.

### NOVO PEDIDO

A Procuradoria da República no Rio enviou nessa terça-feira (29) o terceiro pedido de suspeição do ministro Gilmar Mendes ao procurador-geral, Rodrigo Janot. O objetivo é impedi-lo de julgar casos relativos ao empresário de ônibus do Rio Jacob Barata Filho. Os procuradores descobriram que no dia 23 de novembro de 2015 Barata Filho enviou flores ao casal Gilmar e Guiomar Mendes, no valor de R\$ 200,10, o que demonstra a relação de intimidade, conforme eles, entre o ministro e o empresário.

30 AGO 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Fraude em licitação

O Ministério Público (MP) denunciou na segunda-feira (28) o ex-prefeito de Paranaguá (Litoral) José Baka Filho (PDT) e outras dez pessoas por fraude na licitação para a concessão do transporte coletivo do município. A denúncia é um desdobramento da Operação Riquixá, deflagrada em junho de 2016, e que investiga organização criminosa que fraudava licitações do transporte coletivo em várias regiões do País. As investigações sobre Paranaguá partiram de um acordo de colaboração premiada formalizado por um dos advogados denunciados da 1ª fase da operação. De acordo com o MP, os denunciados são ligados a um grupo empresarial que possui concessões do transporte coletivo em diversos municípios e em Paranaguá, pelo menos desde 1991. Segundo o MP, o grupo teria conseguido a aprovação de lei para beneficiar a empresa a continuar com a concessão e permitir fraude na licitação, visto que criou especificações que direcionavam o resultado. A concessão resultou em um contrato no valor de R\$ 180 milhões, dos quais pelo menos R\$ 9 milhões, segundo o MP, seriam o lucro da empresa concessionária.

## MAZZA

### Riquixá

A operação Riquixá do Gaeco chegou em Paranaguá na licitação irregular, induzida, do sistema de transporte coletivo com a prisão de onze pessoas. Pelo jeito, passa bem longe de Curitiba, conquanto tenha chegado em Guarapuava, Foz do Iguaçu e Maringá.

### Quadro negro

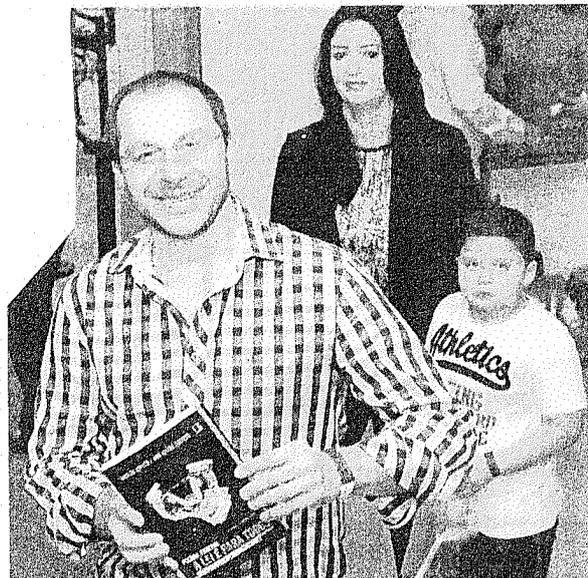
A operação Quadro Negro do Gaeco, que pegou uma quadrilha que recebia faturas de obras inconclusas, deixou problemas em todo o Paraná, um deles em Campina Grande do Sul no Jardim Paulista, onde em prédio improvisado mais de 600 alunos assistem aulas por causa de uma construção parada. O que anda mais depressa é a Justiça na apuração dos crimes, no enquadramento dos autores, mas os serviços persistem estagnados. O Gaeco anda de elevador e o governo é como sempre atrasado, como no caso da gangue dos fiscais fazendários em que a Justiça é célere e a administração lenta como se vê no andamento administrativo da corregedoria, quase parando. Deveria ter o ritmo daqueles dançarinos permanentes do "Nota Paraná", o que ajudaria no incremento da arrecadação.



**TAPÊTE VERMELHO E PIPOCA** - Os juízes Marcelo Bretas e Sergio Moro, responsáveis pelos processos da Lava Jato no Rio e no Paraná, assistiram em Curitiba à pré-estreia do filme "Polícia Federal – A Lei é Para Todos", que retrata bastidores da operação



*Sérgio Moro e a esposa Rosângela sentaram-se ao lado do juiz Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no RJ*



*Márcio Anselmo, delegado da Lava Jato: filme contextualiza a corrupção historicamente*

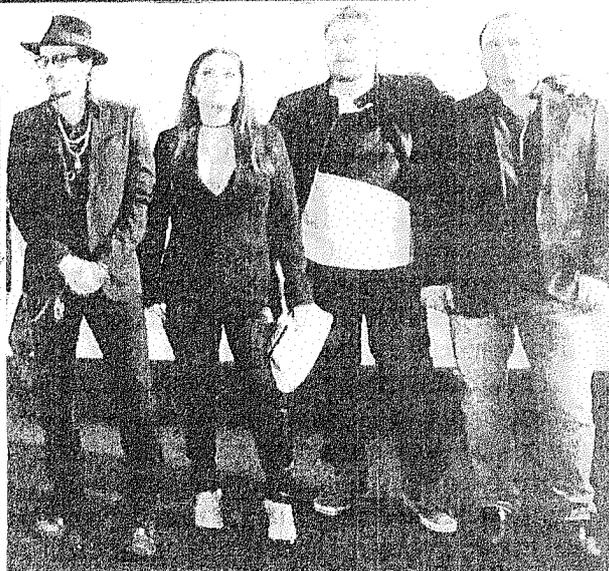
30 AGO 2017

FOLHA DE LONDRINA

# A Lava Jato chega ao cinema



O elenco compareceu à pré-estreia, entre os atores estavam Flávia Alessandra, Antonio Calloni e Rainer Cadete; Sérgio Moro é interpretado por Marcelo Serrado



Pré-estreia de 'Polícia Federal - A Lei é Para Todos' reuniu em Curitiba atores famosos e autoridades que atuaram na maior operação anticorrupção do país

CONTINUA

30 AGO 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Marcos Roman

Reportagem Local

A pré-estreia do filme 'Polícia Federal – A Lei é Para Todos', dirigido por Marcelo Antunez, reuniu em Curitiba, na noite da última segunda-feira (28), personagens reais da maior operação anticorrupção realizada no País e artistas famosos que atuam no longa-metragem. A exibição de gala aconteceu no Shopping Barigui e contou com a presença da atriz Flávia Alessandra e dos atores Antonio Calloni e Rainer Cadete. Na plateia vip estavam os juízes Sérgio Moro e Marcelo Bretas, responsável pelas investigações no Rio de Janeiro, além do delegado Igor Romário de Paula, coordenador da força-tarefa.

A sessão especial do filme que tem estreia nacional agendada para o dia 7 de setembro movimentou a capital paranaense e tomou conta de oito salas de cinema, reunindo cerca de 2.200 pessoas. Entre os convidados da produção estavam magistrados e jornalistas de diversas regiões do País. O juiz Sérgio Moro era uma das figuras mais aguardadas da noite. Ele chegou à sessão às 21h15, acompanhado da esposa Rosângela. Passou pelo tapete vermelho, foi aplaudido de forma discreta, mas não concedeu entrevista. No filme, ele é interpretado pelo ator Marcelo Serrado.

Segundo o diretor Marcelo Antunez não se trata de um filme político, mas de entretenimento. Ele disse que o principal objetivo é promover o debate.

Os juízes responsáveis pela Lava Jato sentaram-se em lugares próximos na sala de cinema, juntamente com delegados, agentes policiais, procuradores, servidores da Justiça e do Ministério Público. Os convites foram distribuídos pela produção do filme e pelos patrocinadores, que permaneceram anônimos, a produção foi bancada inteiramente por recursos privados.

Orçado em R\$ 15 milhões, o longa-metragem conta a história da Operação Lava Jato sob o ponto de vista dos investigadores desde que a força-tarefa foi deflagrada, em 2014, até a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizada em março de 2016.

Confira mais detalhes sobre os bastidores do filme na edição de fim de semana da FOLHA.

*O jornalista viajou a convite da produção do filme.*

30 AGO 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **CNJ - Para Cármen Lúcia ser juiz não é fácil, mas necessário à democracia**

Os magistrados brasileiros exercem uma função difícil, mas necessária a uma verdadeira democracia. A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, fez uma defesa da magis-

tratura na abertura da 257ª Sessão Ordinária do CNJ, na manhã de terça-feira (29/8). Ao comentar a atualização da composição do CNJ, devido à recondução dos conselheiros Daldice Santana e Fernando Mattos e término dos mandatos

dos conselheiros Gustavo Alkmim e Carlos Eduardo Dias – os quatro são juizes de carreira – a ministra elogiou o compromisso e a responsabilidade da categoria com a garantia dos direitos e das liberdades da cidadania.

### **Em 10 anos, condenações por improbidade somam R\$ 3,2 bilhões**

De maio de 1995 a julho de 2016, as condenações com trânsito em julgado por improbidade administrativa resultaram no pagamento de R\$ 3,208 bilhões. Foram 11.607 condenações em 6.806 processos, sendo que o tempo médio para a condenação é de seis anos.

Os dados estão em levantamento feito pela Associação Brasileira de Jurimetria e divulgado pelo Instituto Não Aceito Corrupção. O banco de dados utilizado é o do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato

que implique Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça.

Do total pago por causa das condenações, R\$ 1,525 bilhão foi em ressarcimento aos cofres públicos; R\$ 1,557 bilhão, em multas; e R\$ 126,782 milhões, em bens confiscados.

### **Honorários de sucumbência em favor da Defensoria não têm caráter alimentar**

*Ministro Gurgel Faria (STJ) negou pedido de uniformização de Rondônia porque verbas são destinadas à composição de fundo especial no estado*

**P**or não se tratar de direito material, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Gurgel Faria negou pedido de uniformização de interpretação de lei relativo a honorários de sucumbência em favor da Defensoria Pública.

Em sua decisão o ministro explica que, dife-

rentemente dos honorários advocatícios, a verba de sucumbência paga à Defensoria Pública não tem caráter alimentar, e assim não pode ser considerada de direito material. E, segundo ele, os pedidos de uniformização dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça devem tratar de direito

material.

O pedido de uniformização foi apresentado pelo estado de Rondônia, que alegou ter ocorrido ofensa à Súmula 421 do STJ quando uma turma recursal do Tribunal de Justiça local o condenou a pagar honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública.

**30 AGO 2017**

## **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

### **PJe passa a ser obrigatório em toda a Justiça Federal da 3ª Região**

Desde esta segunda-feira (28/8), o Processo Judicial Eletrônico (PJe) tornou-se obrigatório em toda a Justiça Federal da 3ª Região, que engloba São Paulo e Mato Grosso do Sul. Isso significa que as seções judiciárias desses estados não receberão mais novos processos em meio físico — exceto

ações criminais e execuções fiscais. O sistema que permite a prática de atos processuais e o acompanhamento do processo de forma eletrônica foi iniciado em agosto de 2015 e teve um cronograma gradual de instalação e de determinação de uso obrigatório.

O PJe, que no dia 10 de

agosto atingiu 100 mil processos na 3ª Região, passa por grandes mudanças, como a implantação, no dia 2 de outubro, da versão 2.0, totalmente feita em linguagem moderna de programação e que trará diversos melhoramentos, sendo mais do que uma simples atualização.

### **Cármem Lúcia defende atuação da Justiça do Trabalho**

A ministra Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fez uma defesa ontem da Justiça do Trabalho, destacando suas funções como indispensáveis para igualar o acesso à Justiça entre pessoas privilegiadas e desvalidas.

As declarações foram feitas durante a sessão de ontem do CNJ. Em meio à reforma trabalhista, aprovada no Congresso no mês passado, a existência e eficiência da Justiça do Trabalho chegou a ser questionada por parlamentares.

30 AGO 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### **Volume de ações no PJe quase dobra em um ano e chega a 15,7 milhões**

O número de ações tramitando no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) chegou a 15,7 milhões no primeiro semestre deste ano. Isso representa uma alta 84% no número de causas incluídas no sistema em relação a junho de 2016, quando tramitavam no PJe 8,5 milhões de ações.

No ano passado, o processo por meio digital su-

perou pela primeira vez o número de ações físicas. Hoje, o PJe já está disponível em todas as subseções da Justiça Federal de São Paulo e a versão 2.0 já passou a funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O sistema está sendo usado em 3.321 órgãos julgadores — unidades como varas e turmas —, conforme dados do CNJ.

Cerca de 73% das ações digitais — 11,5 milhões — pertencem à Justiça trabalhista. “É o ramo que mais se engajou na implantação do PJe. Isso porque a Justiça do Trabalho comprou a ideia, vinda do CNJ, de que houvesse um único programa para todo o Poder Judiciário”, afirma Ives Gandra Martins Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

### **Justiça autoriza a Oi a continuar o Programa para Acordo com Credores**

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) autorizou a Oi a dar sequência a todas as etapas do Programa para Acordo com Credores. São elegíveis ao programa os credores que constam da Relação de Credores do Administrador Judicial, publicada no edital de 29 de maio de 2017 e disponível em [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br). O programa teve início em 26 de junho e, por força de uma liminar, a companhia vinha realizando apenas o cadastramento dos interessados. Nesta terça-feira (29/08), o TJ decidiu em definitivo a questão, determinando que a Oi dê continuidade a todas as etapas do programa, que prevê a antecipação de créditos até R\$ 50 mil para credores do processo de recuperação judicial da companhia. Até o momento,

mais de 11.400 credores já se cadastraram na plataforma eletrônica do Programa ([www.credor.oi.com.br](http://www.credor.oi.com.br)). Do total de 55 mil credores da Oi, cerca de 53 mil têm a receber créditos até R\$ 50 mil.

Os credores que já se cadastraram na plataforma e tiveram toda a documentação aprovada serão informados sobre a negociação por e-mail, ligação telefônica e/ou SMS. Vale ressaltar que o cadastramento no Programa ainda está disponível para pessoas e empresas que constam da Relação de Credores e deve ser feito na plataforma [www.credor.oi.com.br](http://www.credor.oi.com.br) ou, caso o credor precise de apoio, em um dos centros de atendimento disponibilizados pela Oi no país. O site [www.credor.oi.com.br](http://www.credor.oi.com.br) permite o cadastramento.

30 AGO 2017

# BEMPARANÁ

Jônatas Pirkiel

# A CONDUITA E O DIREITO PENAL

## Magia negra nos tribunais

\*Jônatas Pirkiel

O caso em questão, mais um daqueles inusitados, corre em segredo de justiça no Tribunal Superior de Justiça, na 3ª. Turma, como matéria de ordem indenizatória, quando na realidade deveria estar sendo tratado como matéria de ordem penal, quer como constrangimento ou mesmo de ameaça.

Em resumo, diz respeito ao caso que envolveu a relação de uma advogada, que manteve relação com um jurista, sendo que a filha do advogado foi trabalhar no escritório do profissional e a filha deste, responsável pela história, parece não ter gostado da situação que se desenvolvia.

O caso foi apreciado em primeiro grau como matéria de natureza indenizatória, em ação que a advogada narrava: "...após o início dessa atividade profissional, ambas passaram a receber mensagens da filha do jurista com acusações de que a advogada manteria relacionamento extraconjugal com ele. Além de mensagens de cunho ofensivo – entre elas, e-mails com fotos íntimas, a advogada também em seu aniversário, recebeu por correio uma caixa que continha um coração de boi espetado com pregos e uma invocação de suposta magia negra. A filha da advogada também recebeu no aniversário uma caixa contendo uma boneca de pano com o seu nome e vários alfinetes espetados na boca...".

Procedente a ação indenizatória, o Tribunal fixou em R\$ 20 mil a indenização

devida à filha e em R\$ 10 mil o valor a ser pago à advogada, vindo a ação parar no Superior Tribunal de Justiça, onde a ilustre ministra a ministra Nancy Andrighi destacou que: "...ficou comprovado nos autos que as mensagens encaminhadas pela filha do jurista eram ofensivas, com o claro objetivo de ofender a advogada. A conduta da recorrente, portanto, extrapolou todos os limites que a civilidade impõe para uma vida em sociedade, mesmo na presença de conflitos familiares e sociais, como na hipótese dos autos, e fez atingir uma pessoa completamente alheia ao suposto motivo das ofensas...".

Porém, estamos manifestamente diante de uma situação criminal, onde está caracterizado o crime de ameaça, na forma do artigo 147, do Código Penal: "... Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave...". Visto que a intensão da filha do jurista era, na realidade de demonstrar o seu inconformismo com a relação que envolvia o seu pai e a mãe da vítima, criando, sem dúvida, um clima de temor e terror, com repercussões de ordem até mesmo psicológicas.

Mas, indenizatória ou criminal, é mais umas das "condutas" tipificadas no direito penal, ainda que as pessoas escolham o caminho da indenização para resolvê-las.

\*O autor é advogado criminalista  
(jônataspirkiel@terra.com.br)

# BEMPARANÁ 30 AGO 2017

## KARLOS KOHLBACH

### Há 23 anos o homicídio qualificado tornava-se crime hediondo

Hoje completam 23 anos que o Senado Federal aprovava em 30 de agosto de 1994 o projeto de lei que transformava em crime hediondo o homicídio qualificado. Na época, o país assistia impávido à morte da atriz Daniela Peres, filha da escritora Glória Peres, autora da novela em que a filha e o assassino contracenavam par romântico. Depois de colher 1,3 milhão de assinaturas, o projeto foi aprovado.

De lá para cá, infelizmente, não faltam casos da aplicação da nova lei. Um deles ficou conhecido como caso Isabella Nardoni. Era este o nome da menina de cinco anos de idade que foi jogada ainda viva do sexto andar de um prédio em São Paulo. Os pais, Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá foram condenados a 31 anos de prisão por homicídio qualificado.

Este, possivelmente, deve ser o desfecho de mais um caso envolvendo a morte brutal de uma criança. A história de um pequeno menino pobre de apenas seis anos de idade chamado Izaque Furlan foi contada e versada pelos meios de comunicação. Ele morava em Almirante Tamandaré, na região metropolitana de Curitiba, tinha problemas físicos que nunca lhe tiraram a alegria de brincar na frente de casa, no chão de terra batida. A vida de Izaque foi interrompida brutal e bruscamente por aquela que desde pequeno, bebê de colo, tinha a confiança de cuidar da criança. Izaque foi brutalmente morto por motivo torpe pela vizinha, Ana Maria, de 19 anos. Após receber tijoladas na cabeça e ser estrangulado com o fio de uma enxada, o menino foi colocado dentro de uma sacola e posto no forno da casa da mulher suspeita do crime. O cenário era desolador.

Faltam até palavras para tentar entender os motivos pelos quais um menino de seis anos, com todas as dificuldades que a vida lhe trouxera desde os primeiros dias, é vítima de uma covardia sem tamanho. A Polícia Civil agiu rápido e prendeu um casal envolvido com a morte do menino. Os detalhes do crime são chocantes.

Se aproveitando dos problemas físicos de Izaque, Ana Maria recebia de forma fraudulenta o benefício ao qual o menino tinha direito – sem dizer nos benefícios sociais tamanha era a pobreza da família, Furlan. Nas redes sociais não faltaram manifestações de plena tristeza e até de descrença na raça humana. Tais manifestações extravasaram o espaço da internet. Após a descoberta do crime, a casa de Ana Maria foi depredada e depois incendiada – tamanho o ódio dos vizinhos e amigos da agora mãe órfã, que diante de microfones e câmeras de vídeo expunha ali, sem qualquer receio, a dor dilacerante da perda de um filho.

# BEMPARANÁ

EUCLIDES MORAIS

30 AGO 2017

PAINEL

#QUESTÃO DE DIREITO PÚBLICO

## Candidato com surdez unilateral consegue vaga para deficiente em concurso público do Tribunal do Trabalho de Santa Catarina

Em julgamento proferido em nosso Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, o Tribunal Superior do Trabalho determinou a manutenção de candidato com surdez unilateral na lista de aprovados do concurso público do TRT/SC., que havia sido eliminado pela Banca do Concurso e impedido de tomar posse no cargo, na condição de deficiente.

O laudo da Junta Médica do concurso verificou que o candidato sofre de perda auditiva neurossensorial de grau profundo à direita (surdez unilateral), mas o Tribunal Regional “do Trabalhador” entendeu que o candidato não se enquadrava nas hipóteses constantes do Decreto nº 3.298/99 (art. 4º) e decidiu excluí-lo da lista de candidatos deficientes aprovados no concurso e convocou o décimo classificado, quando o impetrante do Mandado de Segurança estava classificado em 10º lugar. O referido decreto – que visa regulamentar a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência –, inexplicavelmente, considera deficiente para efeito de preferência nos concursos públicos apenas os candidatos que comprovaram grave perda auditiva bilateral.

No julgamento do Mandado de Segurança impetrado em face do Presidente do Tribunal do Trabalho de Santa Catarina aquela Corte Regional – contrariando entendimento pacificado no Tribunal Superior do Trabalho – preferiu a interpretação literal do regulamento, para desconsiderar seu grave problema auditivo, confirmado pela Junta Médica oficial do concurso, para decretar que a grave perda auditiva unilateral não compromete a sua audição e não impõe barreira de inserção social conforme exigência do regulamento.

Em seu recurso para a Corte Superior do Trabalho o candidato destacou o reconhecimento da deficiência pela Junta Médica do Regional e o entendimento do Tribunal Superior sobre a matéria, no que foi atendido pela Ministra MARIA CRITINA PEDUZZI, relatora da decisão do colegiado, por entender que a decisão do TRT/SC contrariou a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, ancorada em diversos precedentes.

A Ministra destacou que o TST tem interpretado o Decreto 3.298/99, de forma harmônica com as disposições legais e constitucionais e com a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, reconhecendo o direito dos candidatos com surdez unilateral concorrerem às vagas destinadas às pessoas com deficiências nos concursos públicos.

\*Euclides Moraes- advogado (euclides@direitopublico.adv.br)

### Corrida

O projeto Corrida Legal da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná completou dois anos e está presente em oito cidades do Paraná, totalizando mais de 500 participantes. O projeto consiste na formação de grupos para a prática de caminhada e corrida de rua, com treinos supervisionados por profissionais de Educação Física e é aberto para participação de advogados e dependentes estatutários. Informações e inscrições: [www.caapr.org.br/corrida-legal.php](http://www.caapr.org.br/corrida-legal.php).

### Prescrição

Ação de indenização contra empresa concessionária de serviço público prescreve em cinco anos. O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

### Petição

O TRT da 10ª Região cassou decisão de juíza que mandou reduzir petição de 113 páginas, considerando que há limite legal que estabelece o número de páginas que uma petição deve ter.

### Partido

Chamar membros do Partido dos Trabalhadores de mediantes em contexto no qual a sigla não está envolvida, não diminui nem aumenta o prestígio do partido, e por isso não deve ser objeto de indenização. O entendimento é da 3ª Câmara de Direito Privado do TJ de São Paulo.

### WhatsApp

A negociação dos termos da conciliação dos processos no TRT da 2ª Região poderá ser feita pelo WhatsApp.

### Reforma

O escritório Nelson Wilians e Advogados Associados (PR) promove nesta quinta-feira debate sobre a Reforma Trabalhista e os Novos aspectos da Terceirização. As especialistas Vitória Perracini e Luciane Ermano Romeiro, do núcleo trabalhista do NWADV, vão abordar os pontos polêmicos, a necessidade da reforma, avanços e retrocessos da nova lei. O debate acontece no auditório principal do escritório, às 15h. Contato: [rh.pr@nwadv.com.br](mailto:rh.pr@nwadv.com.br)

30 AGO 2017

# BEMPARANÁ

## MPF pede suspeição de Gilmar Mendes

Ministro do STF e esposa receberam flores de empresário do transporte coletivo do RJ que foi libertado por ele

A Procuradoria da República no Rio enviou ontem o terceiro pedido de suspeição do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes ao procurador-geral, Rodrigo Janot. O objetivo é impedi-lo de julgar casos relativos ao empresário de ônibus do Rio Jacob Barata Filho. Os procuradores descobriram que no dia 23 de novembro de 2015 Barata Filho enviou flores ao casal Gilmar e Guiomar Mendes, no valor de R\$ 200,10, o que demonstra a relação de intimidade, conforme eles, entre o ministro e o empresário.

Na semana passada, Janot pediu ao STF que declarasse a suspeição de Gilmar tanto com relação a Barata Filho quanto a Lélis Teixeira, também empresário do ramo, ambos investigados e presos pela operação Ponto Final da Polícia Federal. Na segunda-feira, a presidente da corte, ministra Cármen Lúcia, notificou o colega. Nos três pedidos, os procuradores sustentam que a proximidade de Gilmar e Barata Filho o impede de atuar.

O ministro foi padrinho de casamento da filha de Barata Filho, Maria Beatriz Barata, em julho de 2013, com Francisco Feitosa Filho, que é sobrinho de Gilmar, ressaltam os procuradores da República. Além disso, sua mulher, Guiomar Mendes, trabalha num escritório de advocacia que defende investigados da Lava Jato (o do advogado Sergio Bermudes, não citado nominalmente).

Outro ponto que vem sendo apontado pelos procuradores é que Barata Filho é sócio de Francisco Feitosa de Albuquerque Lima, cunhado de Gilmar, em uma empresa de transportes, e seu amigo íntimo. Eles argumentam ainda que Barata Filho e Gilmar têm um advogado em comum, Rodrigo Mudrovitsch. Eles acreditam que Gilmar já deveria ter se "autoafastado".

**Cabeças** - Os novos pedidos foram encaminhados depois que Gilmar concedeu habeas corpus que livraram Barata Filho e Teixeira da prisão. Segundo as investigações, eles estão entre os cabeças do esquema de corrupção do ex-governador Sergio Cabral (PMDB) no setor de transportes do Estado. Cabral teria recebido R\$ 144,7 milhões em propinas para agir em favor das empresas.

No ofício de ontem, consta que os procuradores tomaram conhecimento "nessa data" de uma mensagem eletrônica "que aponta para o íntimo relacionamento entre o acusado e o ministro": a confirmação da compra de flores num site para o casal, entregue no endereço residencial deles, em Brasília. O ofício, que reproduz o e-mail de confirmação, o boleto de pagamento e o comprovante, não especifica qual o tipo de flor comprado.

30 AGO 2017

# BEMPARANÁ

#SUPERSALÁRIOS

## Juízes terão que devolver gratificação

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na segunda-feira que juízes e desembargadores do Acre que receberam uma gratificação de nível universitário devolvam os valores aos cofres públicos, com juros e correção monetária. "As gratificações de nível universitário não são apenas ilegais, como também descaradamente inconstitucionais. Sob essa ótica, a percepção de verbas manifestamente inconstitucionais equivale a recebê-las de má-fé, uma vez que esta é ínsita à própria inconstitucionalidade", escreveu Mendes em sua decisão.

"Portanto, acolho o pedido para suspen-

der em definitivo o pagamento da gratificação de nível superior, bem como para que os beneficiários da referida gratificação as restituam, com juros, a contar da citação, e correção monetária desde o recebimento de cada parcela, ambos em percentuais/taxas equivalentes aos aplicáveis à Fazenda Pública, a ser apurado na fase de cumprimento de sentença", concluiu o ministro.

A decisão de Gilmar Mendes foi feita no âmbito de uma ação popular contra o Tribunal de Justiça do Acre (TJ-AC), o governo local e membros do Poder Judiciário local movida pelo ex-deputado federal Hildebrando Pascoal Nogueira Neto.

# DENUNCIADO

## Jucá vê 'fetichê' de Janot

O líder do governo no Senado Federal, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ontem que o procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, tem uma "fixação" nele e, talvez, até um "fetichê" no bigode do peemedebista. Para o peemedebista, Janot começou bem na Procuradoria, mas está deixando o cargo em 17 de setembro de forma "melancólica". "Eu diria que (ele tem), pelo menos, uma fixação. Ele até deu declaração sobre meu bigode, não sei se é um fetichê, se é alguma coisa. Portanto, eu diria que não entendo esse comportamento dele", afirmou Jucá, em referência à terceira denúncia contra ele apresentada na segunda-feira, por Janot pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro - dessa vez, com base na delação da Odebrecht.

# DELAÇÃO

## PGR encaminha acordo

A Procuradoria-geral da República (PGR) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o acordo de delação premiada do empresário e doleiro Lúcio Funaro, que está preso há mais de um ano no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal. Para terem validade, os depoimentos precisam ser homologados pelo ministro Edson Fachin. Funaro é processado pela Justiça Federal em Brasília em três investigações da Polícia Federal (PF) - Greenfield, Sêpsis e a Cui Bono - que envolvem suspeitas de desvios de recursos públicos e fraudes na administração de quatro dos maiores fundos de pensão de empresas públicas do país: Funcef (Caixa), Petros (Petrobras), Previ (Banco do Brasil) e Postalis (Correios).

30 AGO 2017

# BEMPARANÁ



## Moro, Bretas e pipoca na pré-estreia de filme da Lava Jato

A pré-estreia de um filme sobre a Operação Lava Jato, nesta segunda-feira (28), fechou as oito salas de um cinema num shopping de Curitiba. Eram 2.200 pessoas convidadas, e o ar condicionado começava a se fazer sentir novamente quando o juiz Sergio Moro passou pelo tapete vermelho, quinze minutos antes da sessão. Os aplausos para o responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância na Justiça Federal no Paraná foram contidos. Assim como pretende ser o próprio filme, "Polícia Federal - a lei é para todos", que estreia nos cinemas na próxima quinta (7). "Não é um filme político; é de entretenimento", declarou o diretor Marcelo Antunez, antes da exibição da produção, que conta com as atuações de Antonio Calloni, Flávia Alessandra, Marcelo Serrado e Ary Fontoura. "O único objetivo é promover o debate." Escortado por pelo menos oito seguranças, Moro estava acompanhado da mulher Rosângela e do magistrado carioca Marcelo Bretas. "Estou ansioso; vamos ver", declarou Moro.

30 AGO 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Já são 5 vereadores de Curitiba acusados de desviar salários

Segundo o presidente da Câmara, Serginho do Posto (PSDB), existem dois casos protocolados na CMC e outros três no Ministério Público.

# Múltiplas denúncias deixam Câmara em crise

Presidente garante que todas as medidas legais estão sendo tomadas



A cada dia, aumenta o número de vereadores de Curitiba denunciados por ex-servidores de reterem parte dos salários. Pelo menos cinco denúncias já estão sendo apuradas pelos mecanismos internos do Legislativo municipal e também pelo Ministério Público. Nos bastidores circulam informações que outros quatro vereadores devem ser alvos de denúncias nos próximos dias.

O presidente da Câmara, Serginho do Posto (PSDB), fez uma defesa da instituição, em plenário, nesta terça-feira (29). Ele enfatizou que o Legislativo "está tomando todas as providências". "Quando os fatos são trazidos à Câ-



A Mesa Diretora quer apurar as denúncias para limpar a imagem da Câmara

mara, a Câmara toma todas as providências", destacou o presidente.

O primeiro caso foi protocolado à Mesa da Câmara contra a vereadora Katia Dittrich

(SD). Foi aberta uma Comissão Processante para investigar a denúncia. Depois, contra Thiago Ferro (PSDB) foi protocolada à Corregedoria, que abriu uma

sindicância para ouvir as pessoas citadas. Os outros três casos envolvem Geovane Fernandes (PTB), Rogério Campos (PSC) e Osias Moraes (PRB). ●

30 AGO 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Após terceira denúncia de Janot, Jucá fala em "fetiche"

Líder do governo no Congresso diz que procurador tem "fixação" por ele

 Denunciado pela terceira vez em oito dias ao Supremo Tribunal Federal (STF), o líder do governo no Congresso, senador Romero Jucá (PMDB), afirmou ontem ser alvo de uma "fixação" do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. "Não sei se é fetiche", disse.

Janot denunciou Jucá na segunda-feira (28) pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Lava Jato. No dia 21, ele foi denunciado



Jucá: "Ele até deu declaração sobre o meu bigode, não sei se é um fetiche"

em um desdobramento da Operação Zelotes. Já no dia 25, Jucá e outros integrantes do PMDB foram denunciados por suposto envolvimento no esquema de corrupção na Transpetro. "Eu diria que pelo menos é uma fixação."

Ele até deu declaração sobre o meu bigode, não sei se é um fetiche, não sei se é alguma coisa", disse. Jucá negou as acusações do procurador e disse que "não tem nada a dever". "Eu confio na Justiça. Quem parece que não confia na Justiça é o senhor Rodrigo Janot. Não dá para querer se transformar em justiceiro, passar por cima da Justiça e tentar fazer uma ação deliberadamente contra a política brasileira", completou Jucá. ●

## PGR envia delação de Funaro ao Supremo

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o acordo de delação premiada do empresário e doleiro Lúcio Funaro, que está preso há mais de um ano no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal. Para terem validade, os depoimentos precisam ser homologados pelo ministro Edson Fachin. Funaro é testemunha-chave em processos que envolvem o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB) e os ex-ministros

Henrique Eduardo Alves e Geddel Vieira Lima.

Funaro é processado pela Justiça Federal em Brasília em três investigações da Polícia Federal (PF) que envolvem suspeitas de desvios de recursos públicos e fraudes na administração de quatro dos maiores fundos de pensão de empresas públicas do país: Funcef (Caixa), Petros (Petrobras), Previ (Banco do Brasil) e Postalis (Correios). O empresário também foi citado nas delações da JBS. ●

30 AGO 2017

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Moro na mira



O procurador da República Carlos Fernando Lima, integrante da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, usou as redes sociais na segunda-feira para criticar o criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro o Kakay e defender o juiz federal Sergio Moro. Pelo Facebook, Lima sugeriu que Kakay “tome vergonha na cara”, depois que o advogado sugeriu que Moro deveria ser preso por obstrução a Justiça. Durante o fim de semana, a jornalista Mônica Bergamo, do jornal *Folha de S. Paulo*, informou que Rodrigo Tacla Duran, ex-advogado da Odebrecht, acusa o advogado trabalhista Carlos Zucolotto Jr, amigo de Moro, “de intermediar negociação paralela com a força-tarefa da Operação Lava Jato”. No domingo, Moro entrou em contato com Zucolotto e emitiu uma nota à imprensa negando as acusações. Para Kakay, houve uma combinação de resposta no episódio, o que, segundo ele, poderia ser interpretado como obstrução de Justiça e levar Moro à prisão. “O fato do juiz ter entrado em contato diretamente com o advogado Zucolotto, seu padrinho de casamento, para enviar uma resposta à Folha, ou seja, combinar uma resposta a jornalista, seria interpretado como obstrução de Justiça, com prisão preventiva decretada com certeza”, disse Kakay em nota distribuída à imprensa. **(Kelli Kadanus)**

30 AGO 2017

# METRO



Gilmar foi padrinho de casamento de Beatriz, filha de Barata | REPRODUÇÃO/MPF

## Suspeição. 'Rei do Ônibus' mandou flores para Gilmar Mendes e mulher, diz MPF

Procuradores da força-tarefa da Lava Jato no Rio e procuradores regionais da República da 2ª Região, que atuam no caso em 2ª instância, encaminharam ontem, ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, um ofício que traz novas evidências da proximidade de relação entre o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), e o empresário Jacob Barata Filho, conhecido como o "Rei do Ônibus". Desta vez, trata-se de uma entrega de flores.

O MPF (Ministério Público Federal) encontrou uma mensagem nos e-mails de Barata com a confirmação de pedido de entrega de flores ao casal Guiomar e Gilmar Mendes, em 23 de novembro de 2015, no mesmo endereço que consta no celular do empresário como sendo da mulher do minis-

tro. Há também uma confirmação de pagamento, com anotação manuscrita dos nomes "Guiomar e Gilmar" no boleto de R\$ 200,10.

O ofício é um complemento do pedido de suspeição de Gilmar enviado pelo MPF a Janot, que na semana passada encaminhou o documento à presidente do Supremo, ministra Carmén Lúcia.

Barata Filho foi preso no início de julho na operação Ponto Final, braço da Lava Jato, acusado de pagar propina a políticos e agentes públicos em troca de benefícios às empresas de ônibus. No entanto, ele foi solto após habeas corpus concedido por Gilmar. O pedido de suspeição cita também que o ministro foi padrinho de casamento de Beatriz Barata, filha do empresário, que se casou com um sobrinho de Guiomar. ● METRO RIO

METRO 30 AGO 2017

# Delação de Funaro chega ao Supremo e espera aval de Fachin

**Lava Jato.** PGR entrega documentos e provas de acordo de colaboração do doleiro, que agora aguarda homologação. Denúncias podem afetar Michel Temer, Eliseu Padilha e Moreira Franco

Relator da Lava Jato, o ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), tem em mãos os termos do acordo de delação premiada do doleiro Lúcio Funaro, que ameaça comprometer o presidente Michel Temer e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria Geral da Presidência). Os documentos e as provas, ainda sob sigilo, foram encaminhadas ontem ao STF pela PGR (Procuradoria Geral da República).

Fachin irá analisar o pedido e decidirá se homologa a delação. A expectativa é que a decisão saia ainda esta semana.

Antes, o delator irá prestar novo depoimento para esclarecer se pretende colaborar com as investigações de livre espontânea vontade, como é de praxe.

Funaro tem contra a homologação o fato de ter descumprido o acordo de delação do mensalão e voltado a cometer crimes.

Caso o acordo avance, serão definidas as condicionantes do acordo - que poderá incluir pagamento de multas e até liberdade com uso de tornozeleira eletrônica. Se homologada, a delação retornará a PGR que deverá fazer novos pedidos de investigação.

## Acusações

Funaro é apontado como operador do PMDB na Lava Jato. O doleiro acusa o presidente Michel Temer de ter conhecimento dos pagamentos de propina na Petrobras e de comandar a distribuição de recursos desviados da Cai-

xa Econômica Federal. O presidente nega as acusações.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve usar as acusações em nova denúncia contra Temer, que deve ser feita nos próximos dias.

Os desvios na Caixa teriam abastecidos os cofres do PMDB nas campanhas de 2010, 2012 e 2014. Segundo o doleiro, foram pagos R\$ 100 milhões ao partido.

Nos depoimentos prévios da delação, Funaro acusou Padilha de representar Temer no recebimento de propina. Moreira Franco é citado como beneficiário de 'comissão' paga sobre operações feitas junto ao Fundo de Investimento do FGTS.

A delação deve citar também os ex-ministros Geddel Vieira Lima e Henrique Eduardo Alves, além do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).



MARCELO  
FREITAS  
METRO BRASÍLIA

30 AGO 2017

# METRO

## Justiça libera Oi para negociar com credores

A Justiça do Rio de Janeiro autorizou a Oi a continuar com um programa de acordo com credores iniciado em junho e que havia sido suspenso por liminar. A empresa em recuperação judicial poderá dar sequência a todas as etapas do programa, que já recebeu inscrições de 11.400 credores de um total de 53 mil que têm créditos de até R\$ 50 mil. Pelo programa, para as dívidas de até R\$ 50 mil o pagamento será feito em duas parcelas, com a primeira de 90% do valor sendo paga até 10 dias após acordo. O restante será pago após a homologação do plano de recuperação judicial da Oi. 

## Cai liminar que impedia venda do Santander Free

A juíza Maria Christina Bernardo Rucker, em exercício na 6ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, voltou atrás e derrubou a liminar que havia concedido proibindo a comercialização do cartão Santander Free. A nova decisão foi concedida com a apresentação pela defesa do banco do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) estabelecido com o Ministério Público. O pedido de tutela de urgência para suspensão da prestação dos serviços do Santander Free foi feito pelo Proteste, sob a alegação de violação do Código de Defesa do Consumidor. A juíza marcou para 4 de outubro uma audiência de conciliação. 

**30 AGO 2017**

## **GAZETA DO POVO**

### **Em tribunal, salários passam de R\$ 100 mil e teto do STF é raridade**

**Levantamento de dados de pagamentos de salários do Tribunal de Justiça de Minas Gerais mostra que quase a totalidade dos magistrados ganhou mais que R\$ 33 mil em julho**

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) pagou, no mês de julho, valores líquidos acima do teto constitucional para quase 98% dos magistrados. O teto, de R\$ 33.763,00, é equivalente ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Levantamento aponta que 1.610 magistrados mineiros (ou 97,5% do total) receberam pagamentos acima do teto no mês passado, sendo que quatro deles – e 12 servidores – receberam mais de R\$ 100 mil líquidos. O contracheque mais alto foi o de um juiz de entrância especial, no valor de R\$ 461.153,91 líquidos em julho. Outros dois juízes o seguiram no ranking, com R\$ 408.690,36 e R\$ 362.228,19.

No Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), mais da metade dos magistrados (56%) recebeu em julho vencimentos líquidos acima do teto. O limite é ultrapassado porque, além dos salários, os servidores costumam receber outras vantagens em dinheiro, e estas não são consideradas no cálculo do teto.

Em Minas Gerais, por exemplo, enquanto os gastos com os salários propriamente ditos dos mais de 17 mil magistrados e servidores foram de R\$ 60,3 milhões, os valores pagos em referência a vantagens eventuais e a indenizações chegaram, somados, a R\$ 170 milhões. Ou seja, quase o triplo dos gastos salariais.

**CONTINUA**

Foram R\$ 145,2 milhões somente em vantagens eventuais. Nesta categoria de benefícios estão indenização de férias, abono constitucional de 1/3 de férias, antecipação de férias, gratificação natalina, antecipação de gratificação natalina, serviço extraordinário, substituição e pagamentos retroativos, entre outros.

As indenizações - como os auxílios a alimentação, moradia, transporte, pré-escola, saúde, natalidade, além de ajuda de custo e outros tipos de auxílio - custaram R\$ 24,8 milhões.

Em julho, as vantagens concedidas aos juízes de Minas fizeram com que seus vencimentos ficassem bem acima dos do TJ de São Paulo. Em média, cada desembargador mineiro recebeu pouco mais de R\$ 60 mil. Entre os paulistas, a média ficou em cerca de R\$ 49,4 mil.

Isso se deve ao fato de, em São Paulo, ser menor o peso das indenizações, vantagens eventuais e gratificações. Os salários dos desembargadores consumiram R\$ 72 milhões, enquanto outros benefícios, somados, atingiram R\$ 49 milhões.

### **'Benefícios'**

Para Juliana Sakai, diretora de operações da ONG Transparência Brasil, Tribunais de Justiça tentam "burlar o teto constitucional" ao usar "penduricalhos com benefícios". "Há um motivo de essas regras terem sido feitas, há um motivo para haver um teto constitucional, para não se aumentar os salários indefinidamente", afirmou. "Dessa forma eles conseguem receber os aumentos que não receberiam."

Há duas semanas, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, determinou que os tribunais devem informar os dados salariais ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para a manutenção de um banco online que facilite a análise de possíveis inconsistências e pagamentos acima do padrão. O prazo para entrega dos dados pelos tribunais se encerra nesta quinta-feira (31).

**CONTINUA**

Um grupo de trabalho da Corregedoria do CNJ deve apresentar nos próximos dias uma proposta para padronização de dados de folhas de pagamento de tribunais, para ajudar a mapear potenciais irregularidades.

### **TJ-SP nega 'penduricalhos'**

O Tribunal de Justiça de São Paulo afirmou nesta segunda-feira que não há ilegalidade nos vencimentos dos magistrados e servidores da corte. O TJ-SP também negou, em nota, a existência de "penduricalhos" nos contracheques pagos.

"A remuneração paradigma de todos os magistrados paulistas observa estritamente o teto constitucional; outras verbas porventura agregadas, em regra, de forma episódica, a este valor são pagas nos exatos termos da lei e de resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Justiça; não se tratando, como muitas vezes se afirma, de 'penduricalhos' despropositados", afirma o comunicado.

Segundo o tribunal, entre as vantagens eventuais está a "venda" de férias por juízes e funcionários e o pagamento retroativo de "diferenças salariais" de setembro de 1994 a dezembro de 1997, "reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal".

O Tribunal de Justiça paulista afirma que o auxílio-alimentação e o auxílio-moradia, indenizações recebidas pelos magistrados, são legais. O primeiro, "por se tratar de verba com eminente caráter indenizatório, não se submete ao teto remuneratório". O segundo, de acordo com o tribunal, foi reconhecido pelo Supremo e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### **TJ-MG diz que não extrapola teto**

A corte mineira foi questionada pela reportagem nesta segunda-feira, mas respondeu apenas na manhã desta terça-feira, 29. "O vencimento básico (subsídio mensal) no Tribunal de Justiça de Minas Gerais não extrapola o teto legal. A aplicação do limite constitucional (teto) no âmbito do Poder Judiciário é regulamentada pelas Resoluções 13 e 14 do Conselho Nacional de

# GAZETA DO POVO 30 AGO 2017

CONTINUAÇÃO

Justiça. Os valores pagos pelo TJMG atendem às disposições legais e a esse limite”, diz a nota enviada pelo tribunal.

A assessoria afirmou que “os valores questionados são individuais e foram pagos eventualmente no mês de julho e significam o pagamento de férias vencidas e não gozadas referentes a períodos anteriores e obedecem ao princípio da eficiência e continuidade do serviço público”. “Além disso, houve aposentadoria de outros que, por isso, receberam férias prêmio acumuladas ao longo de sua carreira, na forma da lei”, alegou o tribunal.

Segundo a assessoria do TJ-MG, a “disponibilização da tabela de vencimentos mensais encaminhada ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) é regularmente publicada no Portal TJMG, no link transparência”. “Não é, pois, questão nova e é tratada com tranquilidade funcional por este Tribunal”, finalizou a assessoria de Comunicação Institucional do TJ-MG.

**30 AGO 2017**

## **GAZETA DO POVO**

### **Motorista acusado de causar acidente que matou 6 na BR-277 vira réu**

**Caso aconteceu no último mês de maio. Justiça aceitou denúncia feita pelo Ministério Público**

O caminhoneiro acusado de causar o acidente que matou seis pessoas na BR-277 na região de Balsa Nova, em maio deste ano, virou réu na ação proposta pelo Ministério Público que pede sua condenação por homicídio duplamente qualificado, com dolo eventual. A alegação do MPPR, aceita pela justiça, é de que o suspeito assumiu o risco de causar o incidente que resultaria em morte por dirigir em alta velocidade nas imediações de um trecho que passava por obras, o que acarretava em filas constantes.

Para a promotoria, a forma que o acidente ocorreu impediu qualquer chance de defesa das vítimas, já que o caminhão acertou veículos que estavam travados em um congestionamento. Além disso, a precária manutenção dos freios, fato conhecido pelo motorista, contribuiu para o acidente.

O motorista chegou a ser preso em flagrante, mas acabou solto um dia depois. A partir da aceitação da denúncia, testemunhas, peritos e o próprio réu vão ser convocados pelo juiz responsável do caso. Depois, a Justiça decide se ele irá ou não a júri popular.